



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

PARTE A

LICITAÇÃO: PMSG/2017
PROCESSO: Nº 12094/2017
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
SESSÃO DE ABERTURA DA LICITAÇÃO: 03/05/2017 HORA: 10:00 h
ENTREGA DE ENVELOPES: 03/05/2017 HORA: 10:00 h

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO GERENCIADA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital com as especificações da referida licitação encontra-se a disposição dos interessados à Rua Dr. Feliciano Sodré, nº 100 - Centro – São Gonçalo, no horário de 10:00 às 12:00 e de 14:00 às 16:30 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados. Este Edital está dividido nas partes A e B, abaixo descritas:

Parte A - Informações específicas sobre o Edital;
 Parte B - Preâmbulo e Especificações Técnicas

Anexo I - Proposta Comercial;

Anexo II – Termo de Referência;

Anexo III - Orçamento Estimado de Quantitativos e Preços Unitários;

Anexo IV - Modelo de Documento de Credenciamento;

Anexo V - Modelo de declaração comprovando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição.

Anexo VI - Modelo de declaração de que cumpriu plenamente os requisitos de habilitação

Anexo VII – Cronograma Físico Financeiro

Anexo VIII – Desembolso Máximo Financeiro

Anexo IX - Modelo de declaração de fato superveniente

Anexo X - Modelo de declaração de Microempresa

Anexo XI - Declaração de Não Possui Parentesco

Anexo XII – Minuta de Contrato

Pregoeiro

A EMPRESA:.

ENDEREÇO:

CNPJ:.

TELEFONE

E-MAIL:

RECEBIDO POR:

EM:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

PARTE B

ITEM	ASSUNTO
1	PREÂMBULO
2	DO OBJETO
3	DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
4	DO LOCAL DE ENTREGA
5	DO PRAZO DE ENTREGA
6	DA ESTIMATIVA DE PREÇO
7	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
8	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
9	DA FORMA DE APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DOS ENVELOPES DE CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
10	DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO
11	DA PROPOSTA COMERCIAL
12	DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE E ENTREGA DOS ENVELOPES
13	DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
14	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
15	DAS GARANTIAS CONTRATUAIS
16	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
17	DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO
18	DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES
19	DOS ANEXOS
20	DA IMPUGNAÇÃO
21	DAS DISPOSIÇÕES DE CARÁTER GERAL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de São Gonçalo, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017**.

1.2. A Licitação será realizada por meio do Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, e sua equipe de apoio, na Rua Dr. Feliciano Sodré, n.º 100, Centro, São Gonçalo, RJ.

1.3. O Pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas de preço e os documentos de habilitação das Licitantes às **10:00 h, do dia 03 de maio de 2017**, no endereço informado no subitem 1.2.

1.3.1. Ocorrendo decretação de feriado, ponto facultativo ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização desta Licitação na data acima marcada, o Certame ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de nova comunicação, salvo aviso expresso da C.P.L.

1.4. A abertura dos envelopes das propostas das Licitantes, terá início imediatamente após o recebimento dos envelopes.

1.5. A realização da Licitação foi devidamente autorizada pelo Exmo. Sr. Prefeito, conforme constado **Processo nº 12094/2017**.

1.6. A Licitação que será do **“TIPO MENOR PREÇO GLOBAL”**, reger-se-á pela legislação aplicável à espécie, em especial pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal n.º 142/2004, Lei Municipal nº 357/2011 e subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as alterações posteriores, introduzidas nos referidos diploma legais, e, ainda pelas condições estabelecidas neste Edital.

1.7. Poderão participar desta Licitação quaisquer sociedade comerciais inscritas ou não no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, que possuam os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital para a execução do seu objeto, sendo vedada a participação:

(a) dos
que tenham sido declarados inidôneos por ato do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal ou estejam suspensos do direito de licitar e contratar com a Administração do Município de São Gonçalo;

(b) de
consorciados, ou grupo de empresas;

(c) dos
que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do artigo 9º, da Lei Federal n.º 8.666/93;

(d) de
mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas;

(e) de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

cooperativas fornecedoras de mão de obra;

(f) suspe
nsas do direito de licitar e/ ou contratar perante a Administração Federal, Estadual
ou Municipal;

(g) sob
regime de falência ou concordata, inclusive as que se encontrem e recuperação
judicial ou extrajudicial, ou, ainda, e processo concordatário.

2. OBJETO

2.1. Este Edital tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO GERENCIADA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ**, conforme especificações contidas no **Anexo II – Projeto Básico**, parte integrante do presente Edital.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. O Anexo II deste Edital, que o compõe como parte integrante e inseparável, a que se denominou Termo de Referência, contém as especificações que deverão ser consideradas pela Licitante, na formulação de sua proposta comercial e observadas pelo contratado, quando do fornecimento objeto desta Licitação.

4. DO LOCAL DAS PRESTAÇÕES DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão prestados nos locais definidos no Projeto Básico, Anexo II, deste Edital.

5. PRAZO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

5.1. O prazo da prestação do serviço será de 12 (doze) meses, contados a partir da expedição de Ordem de Início. Quanto à duração, será observado o que dispõe no Inciso II Art. 57 da Lei Federal 8.666/93.

6. PREÇOS ESTIMADOS

6.1. O preço máximo estimado pelo **MUNICÍPIO** para a prestação dos serviços de que trata este Edital, é de **R\$ 8.399.773,88 (Oito milhões trezentos e noventa e nove mil setecentos e setenta e três reais e oitenta e oito centavos)**, conforme preço unitário, quantidade e demais especificações constantes da Planilha Orçamento Estimado (Anexo III).

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A despesa estimada desta licitação no valor de **R\$ 8.399.773,88 (Oito milhões trezentos e noventa e nove mil setecentos e setenta e três reais e oitenta e oito centavos)**, devendo correr a conta do PT 2059.15.122.2047.2106; ND. Nº 3.3.90.39.00 e Fontes 00 e 05.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O **MUNICÍPIO** pagará à Licitante que vier a ser contratada, a importância total que vier a ser pactuada, conforme as prestações de serviços efetivamente realizadas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

8.2. A cobrança dos serviços realizados deverá ser feita pela Licitante que vier a ser contratada, de acordo com as quantidades estabelecidas, devendo vir acompanhada dos seguintes documentos:

8.2.1. Nota Fiscal/Fatura (duas vias);

8.2.2. Cópia de Termos Aditivos se houver;

8.2.3. Cópia da(s) Nota(s) de Empenho;

8.2.4. Prova de regularidade com o FGTS;

8.2.5 Prova de Regularidade com o INSS.

8.3. O pagamento das notas fiscal(s) / fatura(s) das prestações de serviços, devidos à contratada serão efetuados pelo MUNICÍPIO, através da Secretaria Municipal de Fazenda, no trigésimo dia a contar da data final do período de adimplemento;

8.4. Nos termos do que dispõe a alínea “d”, Inciso XIV, do Art. 40 da Lei Federal n.º 8.666/93, ficam estabelecidos os seguintes critérios de penalizações e compensações financeiras:

8.4.1. em ocorrendo atraso de pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, esta terá direito a receber sobre a parcela devida:

8.4.1.1. multa no valor correspondente a 1% (um por cento);

8.4.1.2. compensação financeira no valor equivalente a variação do IGPM, calculado “*pro rata die*”, entre a data estabelecida para o vencimento da fatura e a data do efetivo pagamento.

8.5. Por eventuais antecipações nos pagamentos devidos, a Contratada concederá ao **MUNICÍPIO** desconto, a título de compensação financeira, no valor equivalente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação, calculados sobre o valor devido.

8.6. A nota fiscal/fatura relativa à cobrança deverá ser emitida em duas vias, em nome da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.

8.7. Nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades contratuais, quaisquer que forem, nem implicará em aceitação definitiva das prestações de serviços realizadas.

8.8. Na hipótese da cobrança emitida apresentar erros, o **MUNICÍPIO** devolverá os documentos equivocados à Contratada, para fins de substituição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

8.9. Após apresentação da nova cobrança passará a fluir o prazo previsto no subitem 8.3, sem que se possa reclamar multa ou compensação financeira desse período.

8.10. A Licitante, quando da contratação, obriga-se a manter em carteira as **faturas originárias** da contratação, sendo vedada sua negociação, tendo em vista que o pagamento será creditado diretamente na sua conta corrente bancária, conforme disposto no artigo 44 do Decreto n.º 93.872, de 23 de dezembro 1986.

8.11. A Licitante obriga-se, também, a **não transacionar** ou **transferir a terceiros**, no todo ou em parte, quaisquer **OBRIGAÇÕES**, bem como **DIREITOS**, decorrentes do presente instrumento, por **ser completamente vedado por Lei** e, conseqüentemente, **nulo** qualquer ato que venha a ser realizado neste sentido pela Empresa que vier a ser contratada.

8.12. A Licitante, quando da contratação, em nenhuma hipótese **permitirá** a realização de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

protesto de títulos contra o **MUNICÍPIO**, em decorrência da negociação, por parte da Licitante, das faturas originárias da contratação, com bancos ou outros agentes financeiros, sujeita às sanções previstas no Edital. Sujeitar-se-á, ainda, a indenizar o **MUNICÍPIO** em perdas e danos, viabilizando, ainda, a aplicação das sanções de suspensão do direito de com ela licitar e contratar, podendo, a Licitante, quando da contratação, ser declarada inidônea para licitar e contratar com a **Administração Pública**.

9. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO

9.1. A Licitante deverá entregar ao Pregoeiro a sua Proposta Comercial e os seus documentos de Habilitação que recomendamos sejam numerados em ordem crescente e rubricados, em envelopes opacos, separados, fechados (colados ou lacrados), contendo em seus respectivos frontispícios, além da razão social e endereço da proponente, os seguintes dizeres:

9.1.1 No envelope contendo a Proposta Comercial:

**ENVELOPE “A”
“PROPOSTA COMERCIAL”
LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017**

9.1.2. No envelope contendo a Documentação:

**ENVELOPE “B”
“DOCUMENTAÇÃO”
LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017**

9.2. Os 2 (dois) envelopes deverão estar endereçados da seguinte forma:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
A Pregoeira.
Rua Dr. Feliciano Sodré, nº 100 - Centro.
São Gonçalo/RJ

9.2.1 A devolução dos envelopes dos licitantes remanescentes ficarão retidos até assinatura do contrato pelo licitante vencedor.

10. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1. Para fins de habilitação na Licitação que decorrer deste Edital a proponente deverá



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

incluir no envelope "B", com o título "DOCUMENTAÇÃO", os seguintes documentos:

10.2. Habilitação Jurídica

10.2.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

10.2.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

10.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

10.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3. Qualificação Econômico-financeira

10.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, ou balanço de abertura, no caso de empresa recém - estabelecida, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses anteriores à data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os Documentos e Propostas das Licitantes.

10.3.1.1. Entenda-se por "na forma da lei" o seguinte:

Quando S.A. - balanço patrimonial e Demonstrações contábeis devidamente registrado (art. 289, *caput* e §5º da Lei federal n.º 6404/76), publicado em Diário Oficial;

Quanto outra forma societária - balanço patrimonial acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (art. 5º, §2º do Decreto-lei 486/69), autenticado pelo órgão competente, e assinado pelos representantes legais e por contador registrado no Conselho de Contabilidade;

10.3.2. Será considerado qualificado econômico e financeiramente o licitante que apresentar Índices de Liquidez Geral (ILG) e Grau de Endividamento Geral (GEG), devidamente calculados em folha anexa ao Balanço e Demonstrações, assinada pelo contador responsável pela empresa. O Índice de Liquidez Geral (ILG) deverá ser igual ou maior que 1,00 (um vírgula zero), obtido pelo quociente entre a soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo, pela soma do Passivo Circulante com o passivo não circulante. O Grau de Endividamento Geral deverá ser igual ou menor que 1,0 (um virgula zero), obtido pelo cociente entre a soma do Passivo Circulante, mais o Passivo não Circulante, sobre o Patrimônio Líquido, representado pelo capital social integralizado, mais as reservas capitalizáveis e lucros, menos prejuízos e, mais o resultado de exercícios futuros, menos o ativo diferido.

$$I.L.G. = \frac{A.C. + R.L.P.}{P.C. + P.N.C.}$$

$$G.E.G. = \frac{P.C. + P.N.C.}{P.L.}$$



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

P.C. + P.N.C.

P.L.

Onde:

I.L.G. = Índice de Liquidez Geral P.C. = Passivo Circulante

G.E.G. = Grau de Endividamento Geral P.N.C. = Passivo não Circulante

A.C. = Ativo Circulante P.L. = Patrimônio Líquido

R.L.P. = Realizável a Longo Prazo

10.3.3. Comprovação de ser dotada de patrimônio de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para o fornecimento. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado ou pelo Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, conforme disposto no Artigo 31, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.3.4. Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

10.3.4.1. Para a Licitante sediada na Cidade de São Gonçalo, esta prova será feita mediante apresentação de Certidões passadas pelo Cartório de Ofícios de Registro de Distribuição.

10.3.4.2. A Licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas.

10.3.4.3. Para a Licitante sediada em outra Comarca ou Estado, onde já esteja em funcionamento o Processo Judicial Eletrônico-PJe, a Certidão de falência ou recuperação judicial deverá ser requerida diretamente ao Tribunal de Justiça do Estado-TJe.

10.3.4.4. As Cooperativas ficam dispensadas de apresentar certidão negativa de falência ou concordata face ao que dispõe o art. 4º, da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

10. 4 Regularidade Fiscal

10.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.4.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.4.3 Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

efeitos de Negativa.

10.4.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

10.4.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

OBS.: Para as empresas sediadas no Município de São Gonçalo deverá apresentar Certidão de Situação Fiscal junto ao Município de São Gonçalo.

10.4.6. Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

10.4.7. Deverão ser fornecidas certidões negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade da Licitante em relação a Dívida Ativa das citadas Fazendas.

10.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943”. (Lei Federal n.º 12.440/2011).

10.4.9. Os documentos relacionados nos subitens 10.4.3, 10.4.4, 10.4.5, 10.4.6, 10.4.7, 10.4.8 deverão ter validade na data estabelecida no subitem 1.3, deste Edital.

10.4.10. A comprovação da regularidade fiscal das MICROEMPRESAS – ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato. **Entretanto, ditas empresas por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;**

10.4.12. Em observância ao subitem “10.4.”, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

10.4.13. A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 81 da Lei Federal nº 8666/93, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

10.5. Qualificação Técnica

10.5.1. Prova de comprovação de aptidão da licitante (empresa) para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, em forma de atestados ou certidões, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA.

10.5.1.1. Engenharia Elétrica: A empresa deverá ser registrada e habilitada no CREA, nessa área de competência, possuindo profissionais qualificados na abordagem e no tratamento de questões de competência elétrica, destacando-se, dentre outras responsabilidades: gestão da manutenção do sistema de iluminação pública, dos sistemas de potência do Município.

10.5.2. Prova de possuir no seu quadro técnico permanente ou sob contrato de prestação de serviço sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum, na data da licitação, profissional de nível superior detentor de certidões ou atestados, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhada de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.

10.5.3. Apresentar comprovação de possuir no seu quadro Engenheiro de Segurança do Trabalho, com registro no CREA

10.5.4. Apresentar comprovação de possuir no seu quadro Engenheiro Eletricista, com registro no CREA.

10.5.5. Apresentar Plano de Emergência, este elaborado por Engenheiro de Segurança do Trabalho e com anotação de responsabilidade técnica, tendo por objetivo a preparação e organização dos meios existentes para garantir a salvaguarda de seus operadores e todos os envolvidos em frentes para o caso de ocorrências de situação perigosa no exercício de suas atividades, (NR 10.12).

10.6. Condições Gerais de Habilitação

10.6.1. O proponente deve declarar, sob as penalidades cabíveis, que **não está em processo de falência ou concordata, bem como a inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame**, tendo ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo de declaração abaixo:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

DECLARAÇÃO

_____(NOME DA EMPRESA), CNPJ n.º _____, sediada
_____(Endereço completo)_____, declara, sob as penas da Lei que não
está em processo de falência ou concordata, e que até a presente data inexistem fatos
impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

(a): _____

Nome e n.º da Identidade do Declarante

10.6.2. Declaração datada e assinada, em papel timbrado da **Empresa**, por parte da **Licitante**, de que, em cumprimento ao estabelecido no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, na Lei n.º 9.854, de 28 de outubro de 1999, e inciso V, do artigo 13, do Decreto n.º 3.555, de 8 de agosto de 2000, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

10.6.3. Os documentos necessários à habilitação deverão demonstrar a situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei e poderão ser apresentados em originais ou em cópias, devidamente autenticadas por meio de cartório competente, publicação em órgão da imprensa oficial ou desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo **Pregoeiro** ou membro da sua equipe de apoio.

11. PROPOSTA COMERCIAL

11.1. O envelope “A”, com o título “**PROPOSTA COMERCIAL**”, deverá conter a “**Proposta Comercial**” da Licitante, em duas vias.

11.1.1. A “**Proposta Comercial**”, que compreenderá o formulário padronizado objeto do **ANEXO I** deste Edital, fornecido pelo **MUNICÍPIO** sendo 01 (uma) via devidamente preenchida, carimbada de acordo com as instruções contidas no próprio formulário e assinada pelo representante legal da Licitante ou por seu preposto legalmente estabelecido, e outra via **digitalizada** em **Excel**.

11.1.2. O prazo de validade da **Proposta Comercial** será de 60 (sessenta) dias, contados da data estabelecida para a entrega dos documentos e propostas à **C.P.L.**, no subitem 1.3 deste Edital,

12. DO CREDENCIAMENTO DA LICITANTE E ENTREGA DOS ENVELOPES

12.1. O credenciamento da Licitante e a entrega ao Pregoeiro dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial da Licitante, dar-se-á no dia, hora e local mencionados no subitem 1.3 deste Edital.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

12.2. A Licitante poderá se fazer representar no certame por representante legal ou preposto.

12.2.1. O representante legal deverá apresentar a sua cédula de identidade e o ato constitutivo ou estatuto que deverá conter cláusula outorgando-lhe poderes expressos para negociar em nome da instituição que representa.

12.2.2. O preposto deverá apresentar a cédula de identidade, cópia do ato constitutivo ou estatuto que comprove a capacidade do delegante para lhe conferir poderes e Documento de Credenciamento, onde deverão constar poderes expressos para a formulação de propostas, em lances verbais, para interposição de recursos, bem como para os demais atos inerentes ao certame, conforme modelo sugestivo, **Anexo IV**, deste Edital.

12.2.3. O representante legal ou preposto da Licitante deverá entregar ao Pregoeira declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme determina o inciso VII, art. 4º da Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, podendo fazê-lo nos termos sugerido no modelo contido no **Anexo VI** deste Edital.

12.2.4. As Empresas que se enquadram na condição de Microempresa, ou Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Municipal nº. 357/2011 deverão apresentar Declaração (Anexo VIII) comprovando tal condição, de forma avulsa, no ato de credenciamento, firmada pelo representante legal da empresa.

13. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

13.1. O julgamento do certame compreenderá as fases: de **classificação das Propostas Comerciais** com a seleção da **proposta vencedora do certame** e de **habilitação da proponente vencedora**.

13.2. Iniciada a sessão, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes "A", contendo as "Propostas Comerciais", à verificação das "Propostas Comerciais" com os requisitos estabelecidos no Edital e a conseqüente divulgação dos preços cotados pelas Licitantes.

13.3. Em seguida, o Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço global e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço global.

13.4. Quando não forem verificadas no mínimo 3 (três) propostas escritas de preço nas condições definidas no subitem 13.3, o Pregoeira classificará as 3 (três) melhores propostas para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

13.5. As propostas escritas serão classificadas em sequência crescentes dos preços cotados e aceitáveis, observado o disposto no artigo 48 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações. Em caso de empate proceder-se-á a sorteio de imediato, para definição da ordem de apresentação de lances.

13.6. Seguir-se-á a apresentação de lances verbais pelas Licitantes classificadas, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

13.7. O Pregoeiro convidará, individualmente, as Licitantes classificadas, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a começar pelo autor da proposta classificada de maior preço, seguida dos demais, em ordem decrescente de valor.

13.8. A desistência de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará o impedimento da Licitante de lançar, fixando-se a sua oferta no último preço apresentado,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

para efeito de ordenação das propostas.

13.9. A desistência de lance ofertado sujeitará a desistente às penalidades previstas neste Edital.

13.10. Caso não haja lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

13.11. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas com seus respectivos lances finais, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, e aplicará as disposições contidas nos artigos 5º e 6º da Lei Municipal nº 357/2011, que asseguram como critério de desempate a preferência de contratação para as MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

13.11.1. Entende-se por empate, nos termos da Lei Municipal nº 357/2011, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

13.11.2. Ocorrendo empate na forma acima, a MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

13.11.3. Não ocorrendo a adjudicação na forma acima, serão convocadas as MICROEMPRESAS e EMPRESAS de PEQUENO PORTE remanescentes, cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 13.11.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

13.11.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 13.11.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

13.12. A preferência de contratação amparada pela Lei Municipal nº. 357/2011 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial ou lance final, não tiver sido apresentado por MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

13.13. Para julgamento e classificação das propostas será adotado critério do menor preço global observados os prazos máximos para as prestações dos serviços, às quantidades e qualidades definidas no Edital.

13.14. Adotar-se-á como critério para aceitabilidade de preço máximo estimado no **Anexo III** – Orçamento Estimado de Quantitativos e Preços Unitários, desclassificando-se as propostas cujo valor o excedam, ou seja, manifestamente irrisórios observados o disposto no item 13.6.

13.15. Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da Licitante que a formulou, para confirmação das suas condições de habilitação.

13.16. O Pregoeiro poderá consultar o Registro Cadastral da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, sempre que a Licitante deixar de apresentar qualquer documento exigido. Caso este se encontre no Cadastro e esteja no seu prazo de validade, será aceito em complemento aos documentos apresentados para fins de habilitação.

13.17. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o Pregoeiro declarará a Licitante vencedora, e lhe adjudicará o objeto do certame.

13.18. Caso a oferta não seja aceitável ou a Licitante desatenda às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

habilitação da proponente, na ordem de classificação, até que uma Licitante atenda às condições fixadas neste Edital, adjudicando-se-lhe o objeto.

13.19. Observadas as situações previstas nos subitens 13.10, 13.11 e 13.17, a Pregoeira poderá negociar diretamente com a proponente, objetivando obter preço melhor.

13.20. As Propostas Comerciais que atenderem aos requisitos deste Edital serão verificadas pelo Pregoeiro quanto a erros aritméticos, que serão corrigidos da seguinte forma:

13.20.1. se existir discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, prevalecerá o preço unitário;

13.20.2. se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;

13.20.3. se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão, o resultado corrigido será o considerado.

13.21. O Município poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade ou se constatado vício no seu processamento, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

13.21.1. Ocorrendo a revogação ou anulação do certame a decisão será publicada na Imprensa Oficial do Município de São Gonçalo e no jornal de grande circulação "O FLUMINENSE".

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Das Sanções Editalícias:

14.1.1. Se a **Licitante** vencedora recusar-se a retirar a Nota de Empenho injustificadamente, a sessão será retomada e as demais **Licitantes** chamadas, na ordem de classificação, para fazê-lo em condições análogas de suas respectivas **Propostas**, já considerados os lances, sujeitando-se a **Licitante** desistente às penalidades seguintes, sem prejuízo da aplicação de outras cabíveis:

14.1.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a **Administração Pública**;

14.1.3. Na hipótese de apresentar declaração falsa ou deixar de apresentar a documentação exigida para o certame, ficará a **Licitante** impedida de contratar com o **MUNICÍPIO**, e, se for o caso, será **descredenciado** no **Sistema de Cadastramento de Fornecedores do MUNICÍPIO**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no **Edital** e nas demais cominações legais.

14.2. Das Sanções Contratuais:

14.2.1. Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela **CONTRATADA**, o **MUNICÍPIO** aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993:

a) **advertência escrita;**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

- b) multa;**
- c) suspensão temporária;**
- d) declaração de inidoneidade.**

14.2.2. Advertência por escrito, quando a **CONTRATADA** infringir obrigações ajustadas no CONTRATO e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela **FISCALIZAÇÃO**, prazo à **CONTRATADA** para sanar as irregularidades.

15. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Conhecido o vencedor, qualquer Licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra qualquer decisão do Pregoeiro, com registro em ata da síntese dos respectivos fundamentos, desde que munido de documento de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal, e terá o prazo de 03 (três) dias para trazer razões escritas, ficando as demais Licitantes desde logo intimadas a apresentar contra-razões no mesmo prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vistas dos autos.

15.2. A falta de manifestação imediata e motivada das Licitantes importará na decadência do direito de recorrer na esfera administrativa, autorizando o Pregoeiro a adjudicar o objeto da Licitação à proponente que cotou o menor preço.

16. DO SERVIÇO DO OBJETO LICITADO

16.1. Os serviços propostos abrangeram todas as áreas, dentro do perímetro do Município de São Gonçalo-RJ.

17. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

17.1. Da Licitante:

17.1.1. Tomar conhecimento, antes da apresentação de sua proposta, das normas e diretrizes do **MUNICÍPIO** relacionadas com este Edital, providenciando a obtenção de todas as informações necessárias sobre as condições e peculiaridades do local onde serão prestados os serviços, e que deverão ser devidamente consideradas na composição de sua Proposta Comercial;

17.1.2. Fazer pesquisa minuciosa no local onde as prestações de serviços serão realizadas, não se isentando da responsabilidade sobre a avaliação correta dos seus orçamentos, planejamento, arcando com os eventuais prejuízos consequentes.

17.2. Da Adjudicatária:

17.2.1. Arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizadas em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas, em especial, as despesas referentes à carga, transporte e descarga dos materiais;

17.2.2. Providenciar, junto aos órgãos competentes, sem ônus para o **MUNICÍPIO**, todos os registros, licenças e autorizações que forem necessárias ao cumprimento dos fornecimentos objeto deste Edital;

17.2.3. Executar o objeto deste Edital com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

acordo com a melhor técnica aplicável a execução dessa natureza;

- 17.2.4. Acatar as determinações da fiscalização do **MUNICÍPIO** no sentido de substituir, de imediato, os materiais com vícios, defeitos ou imperfeições;
- 17.2.5. Arcar com os ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer das prestações de serviços objeto deste Edital, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do **MUNICÍPIO**;
- 17.2.6. Empregar quando das realizações, até o seu final, profissionais idôneos e habilitados, designando um servidor que a representará em suas relações com a fiscalização do **MUNICÍPIO**;
- 17.2.7. Apresentar ao **MUNICÍPIO**, sempre que solicitado, os comprovantes dos recolhimentos devidos ao INSS e FGTS, mediante cópia autenticada;

18. DA GARANTIA TÉCNICA

18.1. A **CONTRATADA** assumirá plena responsabilidade pelos serviço prestado, abrangendo a qualidade, bem como a eventual necessidade de substituição daqueles que não se apresentem em condição satisfatória para o cumprimento das obrigações contratuais.

18.2. A licitante vencedora deverá prestar a garantia de 1% (um por cento) do valor total do contrato, a ser prestada **no ato da assinatura**, em uma das modalidades previstas no Artigo 56, § 1º, da lei federal Nº8666/93. Seus reforços poderão ser igualmente prestados nas modalidades previstas no § 1º do Artigo 56 da lei Federal Nº 8666/93. Caso a licitante vencedora escolha a modalidade seguro garantia, esta deverá incluir a cobertura da multas eventualmente aplicadas.

18.3. Se no prazo 3 (três) dias úteis, contados da ciência da adjudicatária ou **CONTRATADA**, não for feita a prova do recolhimento de eventual multa por descumprimento das obrigações assumidas no contrato, promover-se-ão as medidas necessárias ao desconto a garantia.

18.4. A garantia contratual prestada pela licitante vencedora somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da licitante.

19. ANEXOS DESTE EDITAL

- 19.1. Os documentos que compõem este Edital, como partes integrantes e inseparáveis, são os seguintes:

Anexo I - Proposta Comercial;

Anexo II – Projeto Básico;

Anexo III - Orçamento Estimado de Quantitativos e Preços Unitários;

Anexo IV - Modelo de Documento de Credenciamento;

Anexo V - Modelo de declaração comprovando o cumprimento do disposto no



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

inciso XXXIII, art. 7º da Constituição.

Anexo VI - Modelo de declaração de que cumpriu plenamente os requisitos de habilitação

Anexo VII – Cronograma Físico Financeiro

Anexo VIII – Desembolso Máximo Financeiro

Anexo IX - Modelo de declaração de fato superveniente

Anexo X - Modelo de declaração de Microempresa

Anexo XI – Atestado de Visita Técnica

Anexo XII - Declaração de Não Possui Parentesco

Anexo XIII – Minuta de Contrato

20. DA IMPUGNAÇÃO

20.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º da art. 113 da lei supracitada.

20.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas. Após esse prazo, a comunicação de falhas ou irregularidades que viciariam este edital, não terá efeito de recurso.

20.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

20.4. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

20.5. As impugnações interpostas deverão ser protocoladas junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, que fornecerá ao licitante recorrente o número do processo administrativo, gerado para julgamento da impugnação, para que o recorrente acompanhe o trâmite processual.

20.6. A participação na presente licitação implica na sua concordância a todas as condições e termos estabelecidos neste edital e anexos.

21. DISPOSIÇÕES DE CARÁTER GERAL

21.1. Esclarecimento de dúvidas sobre o presente Edital, poderá ser requerido, por escrito, ao Pregoeiro da Prefeitura de São Gonçalo, localizada na Rua Dr. Feliciano Sodré, nº 100, Centro, São Gonçalo, no horário das 9:30 às 16:30 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados do Município de São Gonçalo, Estaduais e Nacionais, inclusive por fac-símile, através da linha telefônica nº (0xx21) 2199-6362, até 24:00h (vinte e quatro horas) anteriores ao horário estabelecido no subitem 1.3 deste Edital, para recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as Propostas das Licitantes;

21.2. Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da Licitante, registrar o



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**

EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n.º 001/2017

número desta Licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido.

21.3. A exibição do documento original ao Pregoeiro dispensa a autenticação de cópia em cartório;

21.4. Durante as sessões da Licitação, somente poderão se manifestar o Pregoeiro, os membros da equipe de apoio e o representante legal ou credenciado de cada Licitante. Os demais presentes ao certame, somente poderão fazê-lo com a permissão do Pregoeiro.

21.5. As impugnações a este ato convocatório deverão se dirigidas ao Pregoeira e entregues na Rua Dr. Feliciano Sodré, n.º 100, Centro, São Gonçalo, RJ.

21.6. Todas as comunicações referentes a este certame serão publicadas no Jornal "O SÃO GONÇALO" Diário Oficial da Prefeitura Municipal de São Gonçalo

21.7. O foro para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente Edital é o da Comarca de Cidade de São Gonçalo.

São Gonçalo, 19 de abril de 2017.

Carlos Augusto de Sá Nascimento
Pregoeiro